

# política

## Setores tentarão mudança da reforma em plenário

Segmentos não atendidos pela proposta de regulamentação tributária articulam para alterar texto durante a votação

### / CONTAS PÚBLICAS

Os setores que não foram atendidos com mudanças no texto da regulamentação da reforma tributária avaliam ser possível alterar a proposta na votação no plenário da Câmara dos Deputados. Agora, a previsão é que o texto seja debatido com líderes da Câmara, o presidente da casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), presidentes de partidos e as respectivas bancadas antes de ser levado à votação em plenário nesta semana.

Os congressistas reconhecem alguns pontos de atenção neste segundo momento de discussão do texto: a inclusão de carnes na cesta básica; a retirada das bebidas açucaradas (refrigerantes, refrescos a base de chá e mate e água aromatizada), a tributação do Imposto Seletivo (IS) na exportação de minérios; possível aumento do desconto na alíquota da construção civil; e ampliação da lista de medicamentos que terão isenção tributária.

Parlamentares também querem aumentar para 100% o valor do cashback, mecanismo de devolução do imposto para a população de baixa renda pelo menos para as contas de luz, água e gás encanado. Segundo o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), todos os sete integrantes do grupo defendem o au-

mento, mas a decisão final ficou para o colégio de líderes.

“Já fizemos o cálculo com o Ministério da Fazenda e o impacto é muito baixo, 0,05% na alíquota. Compreendemos que é muito justo”, disse.

A inclusão das carnes na cesta básica acabou se transformando numa disputa política com as críticas de bolsonaristas à decisão do Executivo de deixar a proteína fora da lista no projeto de regulamentação enviado ao Congresso - ela também divide as opiniões por conta do impacto da medida na alíquota.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma das principais forças do Congresso, por exemplo, defende a inclusão. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) diz que seguirá lutando para incluir a proteína animal.

Em nota divulgada após a publicação do relatório, a Abras diz que “o acesso a carnes pela população mais pobre foi objeto de campanha do presidente Lula”. A entidade afirma que, caso não haja esse avanço, haverá aumento nos preços da proteína, sobre a qual a incidência de tributos atualmente é menor do que o projetado após a implementação do IVA.

A decisão do grupo de trabalho de incluir os jogos de azar,

inclusive as bets, na cobrança do IS pode abrir caminho para fazer outras alterações ao texto que modifiquem a alíquota. A calibragem da carga tributária do IBS e da CBS está associada à tributação do IS.

Enquanto há uma pressão forte para incluir produtos ultraprocessados na lista, as empresas de refrigerantes trabalham para não serem taxadas - as bebidas açucaradas estão na lista do IS.

O setor da construção civil foi atendido parcialmente e trabalha para aumentar o desconto da alíquota para reduzir a carga tributária. O desconto no projeto original era de 20% e subiu no relatório para 60%. Membros do grupo afirmam que há margem para aumentar isso.

“Houve avanço em alguns pontos do texto. Porém, em relação à carga de impostos, a regulamentação da reforma se mostra insuficiente para a obtenção da neutralidade tributária, o que deve impactar o acesso à habitação”, disse Renato Correia, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

A indústria farmacêutica também conta com a ampliação da lista de medicamentos com isenção e o setor de mineração quer evitar a taxação das exportações com o IS.

### Principais pontos do novo relatório da reforma tributária

#### ■ CESTA BÁSICA NACIONAL SEM CARNE

A proposta define os produtos que compõem a cesta básica nacional, uma lista de itens consumidos pela população de baixa renda que terão isenção dos futuros impostos, e deixou de fora as carnes. O texto original já havia excluído as proteínas animais da cesta, sob o argumento de que a inclusão de frango e aves, peixes e carnes vermelhas poderia elevar a alíquota média final para os novos tributos. No novo parecer, a justificativa permanece a mesma: a inclusão da carne pode elevar em 0,57 ponto percentual a alíquota média da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), impostos que serão criados pela reforma, que passaria de 26,5% para 27,1%.

A pressão, no entanto, segue forte para deixar as carnes em geral com alíquota zero, e parlamentares nos bastidores já dão como praticamente certa a mudança.

#### ■ IMPOSTO DO PECADO TERÁ JOGOS DE AZAR E CARROS ELÉTRICOS

A reforma tributária cria o Imposto Seletivo (IS), apelidado de “imposto do pecado”, que funcionará como uma alíquota extra para coibir comportamentos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O relatório incluiu a cobrança do IS para jogos de azar (inclusive as bets) e carros elétricos. Permaneceram na lista de produtos a serem tributados veículos (exceto caminhões), bebidas, cigarros, minérios, bebidas alcoólicas e açucaradas. Armas também ficaram de fora da lista.

#### ■ FUNDOS IMOBILIÁRIOS E FIAGROS PODERÃO ESCOLHER REGIMES DE TRIBUTAÇÃO

O grupo de trabalho decidiu que os fundos imobiliários e os Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagros) poderão optar pelo regime de tributação com a entrada em vigor da reforma. Uma das alternativas estabelece que os fundos passem a ser tributados pelo IBS e pela CBS. Com a mudança, os fundos passariam a ser contribuintes dos dois novos tributos da reforma, como se fossem uma pessoa jurídica, mas em compensação poderiam apropriar créditos tributários a partir da entrada em vigor da reforma, em 2026. Outra alternativa é deixar essas operações sem tributação, como é hoje, mas sem garantir os créditos.

#### ■ SETOR IMOBILIÁRIO E CONSTRUÇÃO CIVIL GANHAM MAIS DESCONTOS

O parecer atendeu parcialmente a demanda do setor imobiliário e da construção civil e reduziu a tributação para atividades da área. Agora, o desconto nas alíquotas será de 40% para operações com bens imóveis e de 60% para operações com aluguéis. O projeto inicial previa desconto de 20%. Para o setor, no entanto, o projeto acabou elevando a carga de impostos para imóveis em geral, chegando a dobrá-la. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil calcula que seria necessário um desconto de 60% para manter uma carga próxima da atual.

#### ■ CASHBACK PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA É MANTIDO

Os deputados mantiveram as porcentagens que foram definidas para o cashback, mecanismo que prevê a devolução de impostos para a população de baixa renda. O projeto prevê cashback de 100% da CBS e 20% do IBS para aquisição de botijão de gás (13 kg), e de 50% da CBS e 20% do IBS para as contas de luz, de água e esgoto e de gás encanado.

#### ■ ISENÇÃO FISCAL PARA ABSORVENTE E TAXAÇÃO PARA O VIAGRA

O principal medicamento para tratamento de disfunção erétil vendido no Brasil, o Viagra, vai pagar 40% da alíquota de 26,5% prevista para os novos impostos CBS e IBS. O medicamento entrou na lista de itens de saúde com desconto parcial dos tributos definida pelo Grupo de Trabalho da Câmara. O remédio vai pagar 10,6% de imposto. No texto original, o Viagra receberia isenção total. No lugar dele na lista com alíquota zero entrou o absorvente menstrual.

#### ■ PROJETO CRIA CATEGORIA NANOEMPREENDEDOR ISENTO

O grupo de trabalho propôs criar o nanoempreendedor, pessoa física não formalizada com faturamento de até R\$ 40,5 mil por ano. A categoria será isenta do recolhimento dos novos tributos e poderá continuar na informalidade, respeitado o limite de valor. A medida tem potencial para alcançar revendedores de produtos de catálogo, motoristas de aplicativo e entregadores.

## Governo está confiante na aprovação do texto

O governo está confiante na aprovação da regulamentação da reforma tributária nesta semana - a última antes do início do recesso parlamentar -, disse, na sexta-feira, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT).

“Precisamos superar a atual balbúrdia tributária no

País”, afirmou o ministro, que acompanhava o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em visita à cidade de Osasco, na Grande São Paulo, onde foi inaugurado prédio das novas instalações da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Ele disse que a aprovação da regulamentação da refor-

ma, somada aos investimentos feitos pelo governo federal, à abertura de mais um milhão de empregos entre outras realizações da União, é uma amostra de que a economia está no “trilho certo”. “Vamos terminar o primeiro semestre com um milhão de empregos gerados”, reforçou Padilha.

## Com pedido de urgência, Senado terá 45 dias para votar

A urgência constitucional pedida pelo governo à Câmara para a tramitação do projeto de regulamentação da reforma tributária vale também para o Senado. Com isso, os senadores terão 45 dias para votar o texto após a aprovação pelos deputados.

Depois desse prazo, a proposta passará a trancar a pauta do Senado, a não ser que o governo acabe retirando a urgência cons-

titucional, que é uma prerrogativa do presidente da República.

A urgência constitucional vale automaticamente, sem necessidade de aprovação de requerimento no plenário. A tramitação, nesse caso, é acelerada, sem que o texto passe antes por comissões.

O governo pediu a urgência para o primeiro projeto de lei complementar da regulamenta-

ção, que trata da lei geral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e do Imposto Seletivo (IS), além de termos como cesta básica e cashback.

Há ainda um segundo projeto, que trata do Comitê Gestor e da distribuição da receita do IBS para estados e municípios. Essa proposta ainda não teve o relatório apresentado.